



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco “T” – Anexo II – Sala 209

70064-900 – Brasília/DF – cndi@sedh.gov.br

(61) 3429-3014/3598

**RESUMO EXECUTIVO DA XXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNDI REALIZADA EM 03
DE AGOSTO DE 2007**

Conselheiros presentes: Ana Amélia Camarano (IPEA), Bernadete de Moraes Rego (OAB), Terezinha Tortelli (CNBB), Fátima Rodrigues Guimarães (MJ), Paula Regina de Oliveira Ribeiro (ANADEP), Emídio Rebelo Filho (COBAP), Albamaria Abigail (SEDH), Marcílio R. de Sant’Ana (MTE), Izabel Lima Pessoa (MEC), Sebastião Henrique Chaves (SESC), Maria das Graças Bibas (MDS), José Luiz Telles (MS), Jussara Rauth da Costa (SBGG), Decy Vigreoli (ABCMI), Napoleão Alvarenga (MinC), Claire Beraldo (SESC), Perly Cipriano (SEDH) e Marcelo Pereira de A. Ferreira- ME

Convidados: Vicente Faleiros (UCB)

Maria José Sinhoroto (Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG)

Secretaria Executiva: Jurilza Mendonça.

Justificaram suas ausências: Tiy Albuquerque Maranhão Reis -APAE, João Carlos Martins Neto MCT, Maria Aparecida de Melo CIAPE, Maria Cavalcante Vicente - CONTAG, Paulo Roberto Barbosa Ramos - ANPID e Genilda Cordeiro Baroni - ABCMI Nacional.

ITEM I – ABERTURA

A **Vice-Presidente do CNDI, Ana Amélia Camarano**, deu início à reunião dando as boas vindas a todos.

ITEM II – LEITURA E APROVAÇÃO DO RESUMO EXECUTIVO

Foi apreciado o Resumo Executivo da XXVIII Reunião Ordinária, sendo aprovado por unanimidade.

ITEM III – UM MINUTO DE SILÊNCIO

Por sugestão do **Professor Vicente Faleiros**, o CNDI fez um minuto de silêncio em homenagem à Professora **Valdemarina** e ao Professor **Antônio Carlos**, pesquisadores da PUC-RS, da área de Gerontologia que foram vítimas do acidente do avião da empresa TAM.

A Vice-Presidente, **Ana Amélia Camarano**, estendeu a homenagem às integrantes do Movimento das Tricoteiras, mulheres idosas que lutavam pela Defesa de Direitos das Pessoas Idosas, também vítimas do acidente.

ITEM IV – PESQUISAS REALIZADAS – AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA (VICENTE FALEIROS E ANA AMÉLIA CAMARANO)

O **Professor Vicente Faleiros** iniciou sua apresentação dizendo que não apresentaria resultados, mas discutiria propostas.

- O **Sr. Vicente Faleiros** apontou a existência da predominância da violência física em 25% dos entrevistados, 25% são vítimas da violência psicológica e 25% da financeira, respectivamente, o que concentra 75% da violência nessas três modalidades, confirmando pesquisas internacionais, nessa área.

- Com base nessa constatação, e afirmando que a maioria das violências se inicia com a psicológica, o professor recomendou ao Conselho uma campanha contra a discriminação da pessoa idosa, o que contribuiria para evitar a escalada da violência.

- A principal conclusão de proposta que colocou foi a de que é preciso trabalhar não só com a sociedade no seu conjunto, mas com as escolas e as famílias, numa perspectiva de educação para o processo de envelhecimento. **A pesquisa identificou ainda, a** necessidade de preparação de cuidadores, devido ao alto grau de dependência que apresenta as pessoas idosas.

- As denúncias de violência são precárias, mal identificadas, sem encaminhamentos e procedimentos claros.

A identificação da violência pelo profissional de saúde é compulsória. Há um projeto de lei que a reforça.

- Vice-Presidente, Ana Amélia Camarano, apresentou os resultados parciais da pesquisa do IPEA, sobre Indicadores de Condições de Vida do Idoso e Infra-estrutura nas ILPI's.

- Cabe destacar que as mulheres são as principais vítimas da violência; é fundamental construir uma tipologia uniforme sobre a violência e organizar uma base de dados mais sólida para subsidiar as políticas públicas e realizar os procedimentos indicados em âmbito institucional, familiar e societário. A Vice-Presidente destacou ainda a questão do empoderamento dos idosos, gestores, conselheiros, da família e da sociedade, com ênfase na educação formal e informal quer das pessoas idosas e da sociedade, fatores cruciais para a redução da violência em todas as instâncias. Para a palestrante é muito importante que o idoso contribua financeiramente com as despesas da instituição, seja com 70% do BPC, seja com a mensalidade de uma instituição privada porque assim ele se sente com direito de exigir serviços de qualidade na instituição.

- O custo médio do idoso em ILPIs é de R\$ 550,00 a R\$ 600,00, portanto 70% do BPC mais o per capita é insuficiente para a manutenção dos serviços.

É necessário incluir as ILPIs na Política de Habitação, por tratar-se da moradia do idoso. Foi sugerido como encaminhamento ao Ministério das Cidades a abertura de linha de financiamento para as ILPIs.

- Foi abordado ainda que existem no Brasil cerca de dois milhões de idosos que apresentam certa dependência para as atividades da vida diária e tem sua capacidade funcional fragilizada, dependendo de novas modalidades de serviços. No Brasil só tem cem mil idosos em ILPI's e quase nenhuma cobertura em Centros Dia e Atendimento Domiciliar.

ITEM V – RENADI (MARIA JOSÉ SINHOROTO – MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA)

A Sr^a. **Maria José Sinhoroto**, convidada para a reunião, em sua apresentação, mostrou que a Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa é de caráter interinstitucional, intergovernamental e interdisciplinar sendo formada por entidades governamentais e não governamentais, com inúmeros parceiros. As parcerias devem ser estabelecidas através de Protocolos, onde são definidas as competências de cada um. O importante é definir um fluxo para denúncias. Algumas campanhas para acontecer precisam da adesão e co-responsabilidades dos parceiros. Existe uma dotação orçamentária na Prefeitura, mas os parceiros participam apoiando ou patrocinando.

- A palestrante também abordou a questão da capacitação dos diversos atores da rede, informando que no caso da experiência da rede de Juiz de Fora, há reuniões mensais para discussão de casos específicos além de discussões de temas relativos à violência como um todo.

- O Conselheiro Perly Cipriano sugere, a publicação e divulgação pela SEDH, da experiência de Juiz de Fora como modelo a ser repassado aos demais Municípios.

Para as próximas reuniões, foi sugerido a necessidade de se discutir como se dá a implantação e articulação das Redes SUAS e SUS, quais as modalidades de serviços específicos para a população idosa e uma exposição da Sra Marisa Accioly - USP-SP sobre a Rede de Apoio Social, sobre os avanços e desafios.

ITEM VI – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS COMISSÕES

a) Comissão de Políticas

A Conselheira **Albamaría Abigail-SEDH** relatou que a Comissão discutiu a programação apresentada sobre a Oficina de Capacitação de Gestores e Conselheiros II Módulo, para ampliar a assessoria e cooperação técnica aos Estados com o objetivo de construir os Planos Estaduais. Apresentou novamente a metodologia de elaboração do Plano Nacional de Implementação das Deliberações da Conferência, o Plano de Ação do Conselho e a metodologia de construção e adesão ao Pacto de Gestão que está sendo construída nas esferas de governo, inclusive envolvendo os demais poderes e organizações não governamentais.

Foram abordados os avanços e desafios de construção, elaboração e implementação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais. A Comissão de Política e Articulação de Conselhos apresentou breves considerações a respeito dos Planos, que já haviam sido encaminhados ao CNDI por vinte estados.

Considerando a complexidade da elaboração dos Planos e o repasse do I Módulo de Capacitação face às especificidades e peculiaridades de cada Estado da Federação, as Comissões reafirmaram a metodologia, já acordada anteriormente e pactuada na Plenária do CNDI, ou seja definição de prioridades de ações segundo os Eixos Temáticos da I Conferência Nacional.

Uma deliberação importante da Reunião foi que o CNDI formou equipes de trabalho com conselheiros e técnicos responsáveis por cada Região, sob a coordenação da Secretaria Executiva e do Presidente do CNDI, Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos para articular e assessorar os Estados na elaboração dos Planos Estaduais.

Foi acordado também que posteriormente o Presidente do CNDI e o Dr. Perly Cipriano – Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos mediante solicitação visitarão cada Estado com o objetivo de assinar o documento de adesão ao Pacto de Gestão para uma Sociedade que Envelhece, selando assim o compromisso

entre os entes federativos para reestruturação e implementação da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Os Conselheiros do CNDI e alguns técnicos serão o elo de ligação para realizar a interlocução com os Conselhos Estaduais e Gestores visando a construção do Plano Estadual e o repasse dos Módulos de Capacitação em estreita articulação entre as Comissões de Financiamento, Política e Articulação de Conselhos sob a Coordenação da Secretaria Executiva do CNDI e do Presidente, conforme acima explicitado.

Será elaborado um Cronograma de visitas para prestar assessoria técnica aos Estados, a partir de suas demandas. Para isso ficaram responsáveis os seguintes conselheiros e técnicos:

- **Região Norte:** Sr Emidio Rebelo Filho e Neile Doran
- **Região Nordeste:** Vejuse Alencar, Albamaria Abigail , Paula Machado e Aglair Alencar.
- **Região Centro Oeste:** Izabel Pessoa e Albamaria Abigail
- **Região Sul:** Irmã Terezinha Tortelli, Jussara Rauth e Shirley Scremin
- **Região Sudeste:** Maria Alice Machado e Albamaria Abigail

A construção e monitoramento do Plano Estadual estão sendo objetivos do II Módulo de Capacitação, para socializar com maior propriedade o conteúdo desenvolvido no I e II Módulo e discutir a experiência dos Estados visando adequar o trabalho as necessidades dos Estados.

O Cronograma de assessoria e adesão ao Pacto será elaborado mediante conciliação de agenda e demandas dos atores envolvidos nas duas esferas de governo.

Em relação ao Plano de Trabalho do CNDI ficou estabelecido que os Conselheiros enviarão contribuições para o Plano de Ação até 03/09, bem como os Coordenadores de Comissões.

O Conselheiro Perly Cipriano -SEDH enfatizou a importância construção e adesão ao Pacto de Gestão da União com os Estados e Municípios. Destacou a participação dos Governadores, Secretários, Representantes dos Poderes Legislativos, Judiciário, e do Tribunal de Contas.

Buscar-se-á fomentar a co-responsabilidade dos órgãos gestores e o monitoramento dos Conselhos de Defesa de Direitos das Pessoas Idosas.

b) Comissão de Articulação de Conselhos

A Conselheira **Izabel Lima Pessoa** informou que a Comissão trabalhou a metodologia que seria aplicada na oficina que ocorreria em Recife na semana posterior. Disse que na oficina seria enfatizada a importância da elaboração de um bom Plano de Ação e também seriam abordados um pouco mais sobre os instrumentos de acompanhamento desse Plano.

c) Comissão de Finanças e Orçamento

O Conselheiro **Marcílio R. de Sant'ana - MTE** informou que a Comissão trabalhou com os seguintes temas: ações para o monitoramento do Plano de Implementação das Deliberações da 1ª Conferência; acompanhamento da tramitação do projeto de criação do Fundo Nacional do Idoso, junto com a Comissão de Normas; acompanhamento dos recursos que estão contingenciados, fazendo gestão, junto aos órgãos responsáveis, para o descontingenciamento.

d) Comissão de Normas

A Conselheira **Paula Regina de Oliveira Ribeiro - ANADEP** informou que a Comissão recebeu os projetos que tramitam no Congresso Nacional da Secretaria Executiva e selecionou-os por temas, distribuindo cada tema a um integrante da Comissão. Além disso, informou que a Comissão recebeu três demandas, às quais foram devidamente respondidas.

e) Comissão de Comunicação

A Conselheira **Decy Vignoli - ABCMI** informou que a Comissão de Comunicação está com muitas idéias para divulgação das atividades do CNDI e informou que está dando especial atenção ao Boletim do CNDI.

ITEM VII – CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES CNDI 01/2007 e 03//2007 SOBRE A ASSISTÊNCIA DOMICILIAR E A REDE DE SERVIÇOS

A Conselheira **Graça Bibas – MDS - Coordenadora do GT instituído pelas Resoluções de nº 1 e 3 de 9 de fevereiro de 2007**, informou que sua tarefa de reunir o grupo de trabalho para elaboração de uma Proposta Preliminar de Regulamentação dos Serviços de Assistência Domiciliar e de demais modalidades que integram a Rede de Serviços não foi cumprida. Assumiu compromisso de realizar as reuniões com os integrantes do Grupo e apresentar uma proposta preliminar na reunião de outubro de 2006 .

ITEM VIII – COORDENAÇÃO NACIONAL DO IDOSO

O Conselheiro **Perly Cipriano** complementou as informações relativas a adesão ao Pacto de Gestão explicitadas pela Comissão de Política do CNDI e informou que a Coordenação da Política Nacional do Idoso será transferida para a Secretaria Especial de Direitos Humanos-PR, destacando que esta foi uma reivindicação das Conferências Estaduais e da Conferência Nacional e que essa transferência foi acordada entre o Min. do Desenvolvimento Social e SEDH, considerando as transformações sociais, a concepção de velhice mais ampla, interdisciplinar e de direitos humanos, necessitando uma concepção gerontológica .na implementação das políticas públicas, nas relações societárias e familiares, e também do próprio idoso.

ITEM IX – INFORMES

1. REUNIÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO ART. 35 DO ESTATUTO DO IDOSO

A Conselheira **Paula Regina de Oliveira Ribeiro** informou sobre os acontecimentos relativos à última reunião com a Comissão do CNAS para a revisão do artigo 35. As representantes do CNDI na referida Comissão elaboraram uma Nota de Repúdio, relatando que o CNAS desmarcou a última reunião, no horário em que a mesma teria início, o que ocasionou transtornos e desperdício de recursos públicos, considerando que conselheiras se deslocaram até Brasília exclusivamente para esta atividade. A Nota foi lida para a Plenária que realizou os devidos encaminhamentos. Foi solicitado que o CNDI encaminhasse ao CNAS, ofício comunicando à morosidade que o CNAS vem tratando

esta questão e a necessidade de regulamentar com maior urgência, face a situação de extrema violência que estão sendo vítimas a grande maioria de pessoas idosas residentes em ILP's.

Foi relatado ainda por representantes da Comissão que o parecer jurídico da Assessoria do MDS, dispõe de fundamentação legal

2. INDICAÇÃO DE NOMES PARA COMPOR O GT DO REGIMENTO INTERNO

O GT foi formado com a participação dos seguintes membros: **Fátima Rodrigues Guimarães; Jussara Rauth, Eduardo Pereira, Paula Regina de Oliveira Ribeiro, e Decy Vignoli.**

Ficou estabelecido ainda que não seria fixado um prazo final para envio de sugestões com justificativa ao Regimento Interno do CNDI.

3. Conferencia Regional América Latina e Caribe -MADRI +5

A **Sra. Clotilde** informou que o Fórum das Organizações não Governamentais está marcado para os dias 2 e 3 de dezembro de 2007, no Hotel Sant Peter. Informou que os palestrantes estão sendo convidados e que a programação está em fase de elaboração e adequações com a participação dos demais participantes representantes de ONG'S.

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONSELHO MUNICIPAL DE MANAUS

A **Conselheira Neile** informou que a presidente do Conselho Municipal do Idoso de Manaus pediu apoio do CNDI com referência à situação existente naquele município. Informou que os membros do Conselho que são servidores, representantes da área governamental, estão sem autonomia. Quando os profissionais se colocam em oposição às posturas inadequadas da presidente da Fundação Doutor Tomás, atual dirigente da Política Municipal do Idoso, são substituídos.

A presidente do Conselho solicita que haja um ofício do Conselho Nacional do Idoso dizendo que este já fora informado da denúncia dessa situação em Manaus, perguntando pelas providências tomadas e reforçando Conselho Municipal.

5. INAUGURAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DO IDOSO NO AMAZONAS

A **Conselheira Neile** informou que foi indicada para representar o CNDI na inauguração da Delegacia Especializada do Idoso em Manaus e o Centro Integrado de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. **"O BAIRO AMIGO DO IDOSO"**

A **Sra. Claire Beraldo - SESC** informou que ela e o **Sr. Irlando - CNC**, estiveram presentes ao lançamento dos dados de uma pesquisa feita com o apoio da OMS, intitulada "O Bairro Amigo do Idoso". A pesquisa, que será lançada ao final do ano, apontou que foi realizada em 35 países e foram ouvidos idosos, prestadores de serviços, cuidadores, destacando que tem informações muito interessantes. Sugeriu que o CNDI convidasse uma pessoa para mostrar os dados em uma de suas reuniões.

6. CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MATO GROSSO

A **Conselheira Bernadete de Moraes Rego** informou ao Conselho que fora até Cuiabá/MT, representar o Conselho Nacional na posse do Municipal. Destacou que a posse teve frequência significativa, com a presença de diversas autoridades locais. Foi feito agradecimento público ao Senhor Presidente do CNDI, pelo atendimento do convite.

-Na mesma solenidade foi concedida a palavra a representante do CNDI, que em nome do Presidente agradeceu e justificou a ausência. Ocorreu ainda audiência com alguns membros do Conselho Municipal local, com troca de experiências entre os Conselhos dos estados Para e Cuiabá, bem assim, a disponibilidade de cooperação do CNDI em fornecer aos estados a melhoria das políticas públicas na defesa dos direitos dos idosos. -

Realizou-se ainda, uma visita ao presidente da Assembléia Legislativa local, ocasião que foram colocadas às solicitações do recém-eleito presidente do Conselho Municipal. Foram concedidas algumas entrevistas às rádios e televisão locais, por ocasião da posse na sede do Conselho Municipal.

ITEM X - ENCAMINHAMENTOS:

1. A Plenária decidiu enviar um ofício às famílias das vítimas do acidente da empresa TAM e ao Movimento das Tricoteiras - (Cidadãs Idosas, que vinham lutando pela defesa de direitos no âmbito da sociedade) informando da homenagem prestada pelo CNDI;
2. A Conselheira **Fátima Rodrigues Guimarães** sugeriu solicitar ao Ministério da Justiça que apresente ao CNDI o Plano de Segurança Pública e Cidadã e que nessa solicitação, seja encaminhado o Plano de Enfrentamento à Violência, para servir como contribuição do CNDI ao Plano de Segurança;
3. A plenária decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho para discutir alternativas de habitação para população idosa, que trabalhará junto com o Ministério das Cidades. Os componentes do GT são: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Ministério do Desenvolvimento Social, AMPID, a especialista de São Paulo Olga Queiroga e o Ministério do Esporte;
4. O **Dr. Perly Cipriano** – assumiu um compromisso público em nome da **SEDH** de ajudar na publicação e divulgação da RENADI de Juiz de Fora como um trabalho de qualidade além de sugerir que o CNDI recomendasse aos conselhos estaduais e municipais adotarem este exemplo como balizador na construção de suas redes;
5. A **Sra. Jussara Rauth** sugeriu que o CNDI convidasse a Sra. Marisa Accioli da USP - São Paulo para falar sobre a rede de suporte e a rede social;
6. Ficou decidido que a senhora Graça Bibas deverá apresentar a Proposta Preliminar de Trabalho para a regulamentação dos serviços de assistência domiciliar e da rede de serviços seria feita na próxima reunião;
7. Ficou decidido pela plenária que o GT do artigo 35 enviaria uma carta ao Presidente do CNDI solicitando que este envie um Ofício ao presidente do CNAS reportando o incidente, solicitando providências cabíveis e a convocação de uma reunião extraordinária para conclusão dos trabalhos da Comissão. Além disso, ficou decidido que no Ofício seria solicitado que o CNAS arcasse com as despesas dos membros do GT do CNDI para comparecimento à próxima reunião;
8. O Conselho decidiu enviar o ofício à presidente do Conselho Municipal de Manaus;
9. A Plenária recomendou que fosse providenciado a inclusão no site da SEDH, do CNDI e divulgado no boletim do CNDI o evento Conferência Regional América Latina e Caribe –Madrid + 5 para que seja publicizado nacionalmente.

ITEM XI- ENCERRAMENTO

Sem mais assunto a tratar, a Vice-Presidente do CNDI encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.